



LEI Nº 4.777 DE 31 DE julho DE 1995

Dispõe sobre a criação, na estrutura da Secretaria da Segurança Pública, de Delegacias de Defesa dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

PÚBLICO	
Diário Oficial nº	166
data:	29 / 08 / 95
<i>Jussara</i>	

O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criadas na Estrutura da Secretaria da Segurança Pública, no quadro das Delegacias Especializadas, Delegacias de Defesa dos Direitos da Mulher, nas cidades de Parnaíba, Campo Maior, Picos, Oeiras, Floriano, São Raimundo Nonato e Corrente.

Art. 2º - A Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher tem atribuição de investigação e apuração dos delitos contra a pessoa do sexo feminino, resultando de ato da violência com ou sem dolo.

Parágrafo único - A atribuição prevista neste artigo não impede o conhecimento de notícias de fato delitivo por parte da autoridade policial que, por ter competência concorrente, pode apurar informações previstas em lei.

Art. 3º - A Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher será regulamentada pelo Poder Executivo, no que divergir das peculiaridades tratadas pela Lei-Delegada Nº 100, de 03 de julho de 1973 e suas alterações, compreendendo, dentro da sua estrutura básica, além do Cargo de Delegado, o seguinte:



LEI Nº 4.777 DE 31 DE julho DE 1995

Dispõe sobre a criação, na estrutura da Secretaria da Segurança Pública, de Delegacias de Defesa dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

PUBLICADO	
Diário Oficial nº	166
data:	29 / 08 / 95
<i>Guarara</i>	

O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criadas na Estrutura da Secretaria da Segurança Pública, no quadro das Delegacias Especializadas, Delegacias de Defesa dos Direitos da Mulher, nas cidades de Parnaíba, Campo Maior, Picos, Oeiras, Floriano, São Raimundo Nonato e Corrente.

Art. 2º - A Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher tem atribuição de investigação e apuração dos delitos contra a pessoa do sexo feminino, resultando de ato da violência com ou sem dolo.

Parágrafo único - A atribuição prevista neste artigo não impede o conhecimento de notícias de fato delitivo por parte da autoridade policial que, por ter competência concorrente, pode apurar informações previstas em lei.

Art. 3º - A Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher será regulamentada pelo Poder Executivo, no que divergir das peculiaridades tratadas pela Lei-Delegada Nº 100, de 03 de julho de 1973 e suas alterações, compreendendo, dentro da sua estrutura básica, além do Cargo de Delegado, o seguinte:

I - Seção de Polícia Judiciária e Apoio Administrativo:

II - Seção de Controle do Comissariado:

III - Seção de Supervisão e Controle de Cartórios.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina (PI), 31 de julho de 1995.

Frederico de Almeida Moura
GOVERNADOR DO ESTADO

Luiz Paulo
SECRETÁRIO DE GOVERNO

João Carlos
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

27
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

I - Seção de Polícia Judiciária e Apoio Administrativo:

II - Seção de Controle do Comissariado:

III - Seção de Supervisão e Controle de Cartórios.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina (PI), 31 de julho de 1995.

Frederico de Almeida de Sousa Lima
GOVERNADOR DO ESTADO

Luiz Paulo
SECRETÁRIO DE GOVERNO

João de Deus
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

27
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- I - Seção de Polícia Judiciária e Apoio Administrativo:
- II - Seção de Controle do Comissariado:
- III - Seção de Supervisão e Controle de Cartórios.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina(PI), 31 de julho de 1995.

Francisco de Assis de Moraes Júnior
GOVERNADOR DO ESTADO

Luiz Paulo
SECRETÁRIO DE GOVERNO

Marcelo
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

27
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO